



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 007/2023

Porto Nacional - TO, em 28 de Março de 2023.

**A Sua Excelência o Sr,
Charles Sousa.
Presidente da Câmara Municipal
Porto Nacional - TO**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência Projeto de Lei Ordinária nº. 007/2023 **“Dispõe sobre a autorização do chefe do poder executivo do município de porto nacional para aderir ao programa nacional de governança das execuções fiscais do conselho nacional de justiça (CNJ), e adota outras providências”.**

Nesse sentido, aduziu a ministra Nancy Andrighi, Corregedora Nacional de Justiça, a época do lançamento nacional do programa de mutirão que ora se busca traduzir em Lei, descrevendo oportunamente o cerne do mencionado programa, vejamos:

“O programa avança em três frentes: o cidadão e empresas, com a oportunidade de saldar dívidas, regularizando sua situação fiscal; o Judiciário, que encontra hoje na execução fiscal um de seus maiores gargalos, com a redução dos processos, e o Estado, com a recuperação do crédito público.

Os mutirões possibilitam que dívidas fiscais, relativas a qualquer tributo, sejam negociadas e possam ser pagas em postos bancários disponibilizados no mesmo local. O contribuinte participante pode sair da conciliação com sua certidão negativa de débito em mãos. (...)”¹

Logo, essa arrecadação representa um importante instrumento para a gestão municipal na obtenção de recursos financeiros. Contudo, para a realização de uma cobrança da maneira mais efetiva possível, são necessários sistemas e estratégias que atendam às suas demandas.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
CASA CIVIL

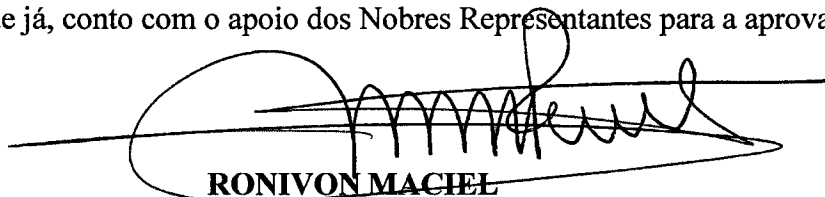
Portanto, o presente Projeto de Lei apresenta o “PROGRAMA NACIONAL DE GOVERNANÇA E DAS EXECUÇÕES FISCAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)” como um instrumento estratégico na promoção da arrecadação e melhoria das receitas auferidas, utilizando-se, nesse ato, de meios negociais e conciliatórios, oportunizando aos cidadãos interessados um meio seguro e definitivo para resolução de seus débitos tributários.

O Projeto de Lei apresenta reduções para pagamento de multas e juros de forma escalonada, para impostos, taxas e contribuições, que variam entre 75% a 100%. No tocante aos créditos de multas formais por descumprimento de obrigações acessórias e multas cobradas pela fiscalização de poder de polícia, os percentuais variam de 5% a 30%. Os percentuais serão determinados conforme a quantidade de parcelas escolhida pelo requerente.

Asseverasse que, esta ação, constitui-se em um sistema avançado e de eficiência comprovada nos diversos entes que a implantaram, inclusive, cumpre lembrar, a experiência notória e positiva desse programa, outrora perpetrado no âmbito do município de Porto Nacional, onde conseguiu considerável sucesso, mesmo com todos os desafios da época, impactando em benefícios financeiros para o município.

À vista de todo o exposto, e devido à importância da presente matéria, requeiro nos termos do regimento interno desta egrégia casa, a aprovação do presente Projeto de lei em caráter de **URGÊNCIA** e, desde já, conto com o apoio dos Nobres Representantes para a aprovação.

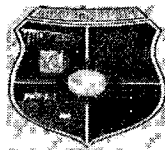
Respeitosamente,



RONIVON MACIEL

Prefeito Municipal

¹ <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/172854521/corregedoria-nacional-de-justica-lanca-programa-de-governanca-diferenciada-das-execucoes-fiscais>



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

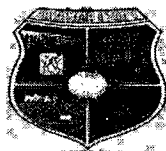
PROJETO DE LEI Nº 007, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023.

***“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO
DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO
DO MUNICÍPIO DE PORTO
NACIONAL PARA ADERIR AO
PROGRAMA NACIONAL DE
GOVERNANÇA DAS EXECUÇÕES
FISCAIS DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), E
ADOA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.***

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É autorizado o Chefe, do Poder Executivo do município de Porto Nacional a aderir ao Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para promoção de conciliações, visando o encerramento de ações judiciais de cobrança e a negociação de débitos ainda em fase administrativa, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único: os benefícios desta Lei, por ato do Chefe do Poder Executivo, poderão ser antecipados e, ou, estendidos em períodos independentes da ação conjunta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000
(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

Art. 2º São inclusos no Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais todos os créditos fiscais e não fiscais do município de Porto Nacional, inscritos ou não em dívida ativa e ajuizados ou não para cobrança judicial.

Parágrafo único. O Programa abrange:

I - o crédito tributário cujo fato gerador tenha ocorrido até o último dia do penúltimo mês anterior à data de início da realização do mutirão de negociações fiscais;

II - o crédito não tributário referente a multa formal por descumprimento de obrigação acessória e o crédito não tributário referente a multa cobrada pelo exercício de poder de polícia fiscalizatório administrativo, cujo vencimento da obrigação pecuniária tenha ocorrido até o último dia do penúltimo mês anterior à data de início da realização do mutirão de negociações fiscais.

Art. 3º O período de vigência do mutirão de negociações fiscais no âmbito desta Lei será estabelecido em conjunto com a Central de Execuções Fiscais da Comarca de Porto Nacional e divulgado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Durante o período de conciliação os créditos de impostos, taxas e contribuições terão a redução de:

I - 100% (cem por cento) de multas e juros, para pagamento à vista;

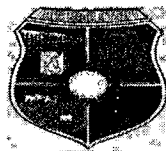
II - 95% (noventa e cinco por cento) de multas e juros, para pagamento em até 6 (seis) parcelas;

III - 90% (noventa por cento) de multas e juros, para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

IV - 85% (oitenta e cinco por cento) de multas e juros, para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

V - 80% (oitenta por cento) de multas e juros, para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;

VI - 75% (setenta e cinco por cento) de multas e juros, para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

VII - 70% (setenta por cento) de multas e juros, para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas;

VII - 65% (sessenta e cinco por cento) de multas e juros, para pagamento em até 100 parcelas;

§1º O Município poderá realizar a dispensa, total ou parcial, dos honorários advocatícios, a depender da opção de pagamento, quando realizado por pessoas hipossuficientes, a serem definidas em regulamento.

§2º Quaisquer despesas relativas a custas processuais, relativas aos procedimentos em execução fiscal, serão suportadas pelo contribuinte, na forma da legislação aplicável.

§3º Os créditos de multas formais por descumprimento de obrigações acessórias e multas cobradas pela fiscalização de poder de polícia terão a redução de:

I - 30% (trinta por cento) da obrigação, para pagamento à vista;

II - 25% (vinte e cinco por cento) da obrigação, para pagamento em até 6 (seis) parcelas;

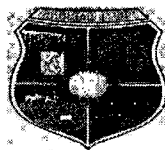
III - 20% (vinte por cento) da obrigação, para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

IV - 15% (quinze por cento) da obrigação, para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

V - 10% (dez por cento) da obrigação, para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;

VI - 5% (cinco por cento) da obrigação, para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas.

§4º O desconto tratado no §3º, do Art. 4º, incide sobre os juros e a correção monetária das multas formais por descumprimento de obrigações acessórias e multas cobradas pela fiscalização de poder de polícia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000
(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

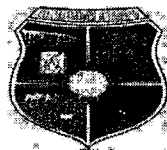
Art. 5º O parcelamento, quando requisitado pelo interessado, poderá ser realizado nos seguintes limites de valores e condições:

§1º Para contribuintes pessoas físicas:

- I. acima de R\$ 50,00 até R\$ 1.000,00, no máximo 12 parcelas, com entrada;
- II. acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 5.000,00, no máximo 18 parcelas, com entrada;
- III. acima de R\$ 5.000,00 até R\$ 15.000,00, no máximo 24 parcelas, com entrada;
- IV. acima de R\$ 15.000,00 até R\$ 60.000,00, no máximo 36 parcelas, com entrada;
- V. acima de R\$ 60.000,00 até R\$ 90.000,00, no máximo 48 parcelas, com 2,5% de entrada;
- VI. acima de R\$ 90.000,00 até R\$ 500.000,00, no máximo 60 parcelas, com 2,5% de entrada;
- VII. acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 2.000.000,00, no máximo 72 parcelas, com 5% de entrada;
- VIII. acima de R\$ 2.000.000,00, no máximo 100 parcelas, com 10% de entrada;

§2º Para contribuintes pessoas jurídicas:

- I. acima de R\$ 50,00 até R\$ 1.000,00, no máximo 6 parcelas, com entrada;
- II. acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 5.000,00, no máximo 18 parcelas, com entrada;
- III. acima de R\$ 5.000,00 até R\$ 15.000,00, no máximo 24 parcelas, com entrada;
- IV. acima de R\$ 15.000,00 até R\$ 40.000,00, no máximo 36 parcelas, com entrada;
- V. acima de R\$ 40.000,00 até R\$ 60.000,00, no máximo 48 parcelas, com entrada;
- VI. acima de R\$ 60.000,00 até R\$ 90.000,00, no máximo 48 parcelas, com entrada;
- VII. acima de R\$ 90.000,00 até R\$ 500.000,00, no máximo 60 parcelas, com no mínimo 2,5% de entrada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000
(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

-
- VIII. acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 2.000.000,00, no máximo 72 parcelas, com no mínimo 5% de entrada;
- IX. acima de R\$ 2.000.000,00, no máximo 100 parcelas, com no mínimo 10% de entrada;

§3º Nos parcelamentos concedidos anteriormente a esta Lei, que ainda estejam ativos, fica permitido o desfazimento do parcelamento para quitação à vista do saldo remanescente com os benefícios integrais de que trata esta norma.

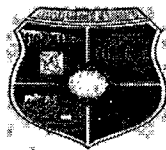
§4º Nos parcelamentos concedidos anteriormente a esta Lei, fica permitido o reparcelamento, sob a condição de desfazimento do parcelamento anterior, mediante o pagamento de parcela inicial de 10% (dez por cento) do valor remanescente, e os descontos serão reduzidos em 10% (dez por cento).

§5º O pagamento da primeira parcela, conforme o caso, deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias corridos, contados da realização do parcelamento, excluindo-se da contagem o primeiro dia e incluindo o último dia.

§6º Vencida e não paga a primeira parcela, o parcelamento perde seu efeito.

§7º A opção pelo parcelamento implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, permitida a substituição dos gravames e das garantidas por equivalentes nos termos da legislação.

§8º Ressalvado o disposto no § 3º, do Art. 5º, a homologação da opção pelo parcelamento em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) é condicionada à prestação de garantia real ou bancária ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, com cláusulas resolutivas em qualquer caso e mediante anuência formal da Secretaria da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

§9º O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:

I - R\$ 50,00 (cinquenta) reais, em se tratando de contribuinte pessoa física

II - R\$ 100,00 (cem) reais, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Art. 6º Os benefícios do Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais somente podem ser requeridos pelos contribuintes ou seu representante legal, durante o período de conciliação, definido na forma disposta no Art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Aplica-se os efeitos deste artigo, aos períodos das antecipações, e/ou ampliações definidas pelo Chefe do Poder Executivo previsto no parágrafo único do Art. 1º desta Lei.

Art. 7º O Secretário da Fazenda, a benefício da Administração Pública, poderá, durante o Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais:

I - autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou a vencer, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal;

II - autorizar a dação em pagamento por meio da entrega de bens imóveis que deverão ser previamente avaliados pelo Município;

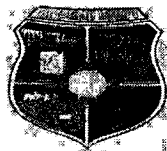
III - propor a celebração, entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e consequente extinção de créditos tributários e fiscais.

Art. 8º A opção pelo Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais sujeita o contribuinte a:

I - confissão irreversível e irretratável dos débitos negociados e consolidados;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000

(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

IV - cancelamento de qualquer outra forma de parcelamento existente sob os débitos a serem parcelados;

V - desistência dos atos de defesa ou de recursos nas esferas administrativa e/ou judicial.

VI - cumprir integralmente os ajustes de compensação, transação e dação em pagamento, previstos em Lei.

Art. 9º O optante pelo Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais do CNJ será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;

III - decretação de insolvência civil, no caso da pessoa física;

IV - atraso, consecutivo, ou não, de 3 (três) parcelas do débito.

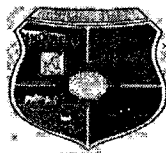
Parágrafo único. A exclusão do Programa implicará em:

I - exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II - possibilidade de reparcèlement dos débitos apurados somente pela metade do número de parcelas possíveis, observada a legislação aplicável;

III - proibição de inclusão em novo programa de conciliação judicial ou em programa de recuperação de créditos instituído pelo Município, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da exclusão.

Art. 10. Os benefícios desta Lei não importam em direito de restituição ou compensação de qualquer natureza dos valores dos créditos tributários já pagos, assim como de despesas processuais e honorários advocatícios já quitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Avenida Murilo Braga nº 1.887, Centro, Porto Nacional – TO - CEP: 77.500-000
(63) 3363-6000 – e-mail: casacivil@gmail.com

CASA CIVIL

Art. 11. O Chefe do Poder executivo Municipal promulgará lista, a ser composta pela Chefia frente à Secretaria Municipal de Fazenda, continente dos nomes dos servidores, membros do quadro do poder executivo municipal, que comporão o esforço de trabalho do mutirão de negociações fiscais.

§ 1º Os servidores que participarão do mutirão de negociações fiscais farão jus à uma gratificação de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a ser paga no mês subsequente ao mês de início da realização do mutirão de negociações fiscais.

§ 2º O valor total dispendido com o pagamento da gratificação mencionada no §1º do Art. 11 deste decreto não poderá exceder 5% (cinco por cento) do valor arrecadado pelo município no mês de início da realização do mutirão de negociações fiscais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, em especial revoga-se a Lei Ordinária nº 2.376/2017.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de março do ano de 2023.

RONIVON MACIEL GAMA

Prefeito de Porto Nacional

Apresentado em
Data 29/03/23